

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

PROCESSO 6398/2022

1. DO OBJETO

- 1.1. Aquisição, sob demanda, de CARNE E DERIVADOS para atender as necessidades do CAPS i, CAPS AD, CAPS III e Hospital Maternidade Dr. Mário Dutra de Castro pelo período de 12 (doze) meses, conforme condições, especificações, quantidades, exigências e estimativas estabelecidas nas requisições e justificativas acostadas aos autos, bem como nas demais cláusulas deste instrumento.
- 1.2. Requisitantes: Hospital Maternidade Dr. Mário Dutra de Castro;
Caps i;
Caps AD;
Caps III;
- 1.3. Fundamentação legal: Pregão eletrônico via registro de preços com base na Lei 10.520/2002 c/c Lei 8.666/1993;
- 1.4. Período: 12 (doze) meses a contar da data da assinatura da Ata de Registro de Preços;
- 1.5. Tipo: Menor preço global nos termos da Lei nº. 8666/93;

2. DO QUANTITATIVO

- 2.1. A tabela a seguir descreve detalhadamente o objeto deste Termo de Referência:



ITEM	CATMAT	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	QUANT.
1	447384	ACÉM MOÍDO/PICADO	KG	2839
2	447493	BUCHO BOVINO	KG	100
3	447733	CARNE SECA (FATIADA)	KG	550
4	447741	COSTELA SUÍNA SALGADA	KG	80
5	447429	COXÃO MOLE (CHÃO EM BIFE)	KG	2384
6	447487	FÍGADO BOVINO (BIFE)	KG	200
7	447442	LAGARTO PLANO	KG	1428
8	447715	LINGUIÇA FINA DE PORCO	KG	60
9	449182	LINGUIÇA CALABRESA	KG	283
10	480968	LINGUIÇA DE PERNIL (GROSSA)	KG	150
11	449182	LINGUIÇA PAIO	KG	359
12	447871	LOMBO SUÍNO (BIFE)	KG	686
13	447744	LOMBO SUÍNO SALGADO	KG	150
14	444782	MORTADELA FATIADA	KG	120
15	447496	MÚSCULO BOVINO (CUBO)	KG	350
16	447450	PATINHO BOVINO (BIFE)	KG	1508
17	447395	PEITO BOVINO	KG	250
18	447597	PEITO DE FRANGO (COM OSSO)	KG	1712
19	447595	PEITO DE FRANGO (SEM OSSO)	KG	1954
20	447793	PEITO DE PERU (FATIADO)	KG	200
21	448897	PEIXE (FILÉ DE MERLUZA)	KG	1118
22	447525	PERNIL SUÍNO (SEM OSSO)	KG	1064



23	447774	PRESUNTO SEM CAPA DE GORDURA (FATIADO)	KG	661
24	447720	SALSICHA TIPO HOT DOG	KG	104
25	447632	SOBRECOXA DE FRANGO	KG	3480
26	447666	TOUCINHO DEFUMADO (BACON)	KG	327

* Os quais serão distribuídos conforme tabela abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO DO MATERIAL	U/C	HMNF	CAPS I	CAPS AD	CAPS III	TOTAL
1	ACÉM MOÍDO/PICADO	KG	2.450	29	66	294	2839
2	BUCHO BOVINO	KG	100	0	0	0	100
3	CARNE SECA (FATIADA)	KG	550	0	0	0	550
4	COSTELA SUÍNA SALGADA	KG	80	0	0	0	80
5	COXÃO MOLE (CHÃO EM BIFE)	KG	1.700	122	282	280	2384
6	FÍGADO BOVINO (BIFE)	KG	200	0	0	0	200
7	LAGARTO PLANO	KG	1.000	104	240	84	1428
8	LINGUIÇA FINA DE PORCO	KG	60	0	0	0	60
9	LINGUIÇA CALABRESA	KG	0	62	144	77	283
10	LINGUIÇA DE PERNIL (GROSSA)	KG	150	0	0	0	150
11	LINGUIÇA PAIO	KG	80	74	171	34	359
12	LOMBO SUÍNO (BIFE)	KG	500	52	120	14	686
13	LOMBO SUÍNO SALGADO	KG	150	0	0	0	150
14	MORTADELA FATIADA	KG	120	0	0	0	120
15	MÚSCULO BOVINO (CUBO)	KG	350	0	0	0	350
16	PATINHO BOVINO (BIFE)	KG	700	130	300	378	1508
17	PEITO BOVINO	KG	250	0	0	0	250
18	PEITO DE FRANGO (COM OSSO)	KG	1.400	52	120	140	1712
19	PEITO DE FRANGO (SEM OSSO)	KG	1.700	26	60	168	1954

20	PEITO DE PERU (FATIADO)	KG	200	0	0	0	200
21	PEIXE (FILÉ DE MERLUZA)	KG	950	29	66	73	1118
22	PERNIL SUÍNO (SEM OSSO)	KG	300	172	396	196	1064
23	PRESUNTO SEM CAPA DE GORDURA (FATIADO)	KG	500	23	54	84	661
24	SALSICHA TIPO HOT DOG	KG	0	23	54	27	104
25	SOBRECOXA DE FRANGO	KG	2.500	182	420	378	3480
26	TOUCINHO DEFUMADO (BACON)	KG	180	23	54	70	327

3. DA JUSTIFICATIVA DA AQUISIÇÃO

- 3.1. A Secretaria Municipal de Saúde de Nova Friburgo realiza anualmente licitações para o abastecimento das unidades de saúde que compõem sua estrutura, com a devida previsão dos materiais nelas utilizados.
- 3.2. A presente proposição para aquisição de carnes e derivados justifica-se pela necessidade de reposição do estoque destes alimentos, visando o bom e regular funcionamento das Unidades e Dispositivos de Saúde.
- 3.3. A presente aquisição visa atender a demanda das Unidades de Saúde na oferta de uma alimentação saudável aos pacientes, servidores, colaboradores e usuários do Sistema Único de Saúde - SUS do Município de Nova Friburgo e demais regiões assistidas por estas unidades.
- 3.4. A aquisição dos alimentos (carne e derivados) possui a finalidade de assegurar a manutenção das condições mínimas necessárias para o adequado funcionamento das Unidades Requisitantes, contribuindo com a oferta de uma alimentação adequada e equilibrada para o desenvolvimento saudável de seus pacientes e demais usuários, garantindo segurança alimentar e nutricional aos assistidos, bem como adequadas condições de saúde.



- 3.5. Os quantitativos dos itens requisitados pela Gerência de Saúde Mental - CAPS foram baseados nos históricos de consumo elaborados pela Unidade e nas requisições consoantes ao processo licitatório nº 19743/2020, último procedimento licitatório para a aquisição de carnes e derivados (cópia de parte do Termo de Referência às fls), com quantitativo acrescido com uma margem de segurança conforme justificativas constantes nas Requisições de Compra e planilhas anexadas aos autos pela Unidade Requisitante.
- 3.6. Os quantitativos dos itens solicitado pelo Hospital Maternidade Dr. Mário Dutra de Castro foi baseado no quantitativo solicitado no último procedimento licitatório para a aquisição de carnes e derivados, autuado sob o nº 19743/2020, conforme justificativas e parte de cópia do Termo de Referência anexada aos autos às fls. .
- 3.7. Importante ressaltar que o Hospital Maternidade Dr. Mário Dutra de Castro encontra-se atualmente com o serviço de nutrição e alimentação hospitalar terceirizado, oriundo da contratação constante nos autos do processo licitatório nº 18136/2020, que se encontra com Ata de Registro de Preços vigente até 25/05/2022.
- 3.8. Nesta conformidade, registra-se, que o Hospital Maternidade somente requisitará os itens constantes no presente feito na ocasião do encerramento do serviço de fornecimento de alimentação, não ocasionando, desta feita, quaisquer prejuízos à Administração.
- 3.9. Tal medida visa garantir que a Unidade Hospitalar não fique desabastecida quando do encerramento da atual contratação, buscando contribuir de forma ininterrupta com a oferta de uma alimentação saudável às pacientes, acompanhantes, funcionários e demais assistidos.
- 3.10. Há que ressaltar que o sistema a ser adotado para a aquisição dos alimentos é sob o registro de preços, previsto na Lei 10.520/2002 c/c Lei 8.666/93, o qual não vincula a obrigatoriedade do esgotamento da Ata registrada.

4. PRAZOS E CONDIÇÕES DE ENTREGA

4.1. A entrega dos alimentos deverá ser realizada de acordo com a solicitação das Unidades e Dispositivos de Saúde, nos endereços arrolados abaixo, com prazo não superior a 10 (dez) dias úteis contados a partir do recebimento da Nota de Empenho:

4.1.1. Hospital Maternidade de Nova Friburgo - Travessa Antônio Fernandes Moreira, n.º 12, Centro, Nova Friburgo/RJ - Segunda a sexta de 08:00h às 10:00h;

4.1.2. Caps i- Av. Julio Antônio Thurler, n.º 431, Olaria, Nova Friburgo/RJ - Segunda a sexta de 09:00h às 17:00h;

4.1.3. Caps-III – Alameda Marques de Maricá, n.º 137, Parque São Clemente, Nova Friburgo/RJ - Segunda a sexta de 09:00h às 17:00h;

4.1.4. Caps-AD – Av. Conte Bittencourt, n.º 142, Centro, Nova Friburgo/RJ - Segunda a sexta de 09:00h às 17:00h;

4.2. O prazo de validade dos alimentos, na data de entrega, não poderá ser inferior a metade do prazo total recomendado pelo fabricante.

4.3. Os itens deverão ser entregues nos respectivos endereços e horários determinados pelas Unidades Requisitantes.

4.4. A contratada ficará sujeita as seguintes condições:

4.4.1. Entregar os produtos contendo, em sua embalagem, a data de fabricação, validade e/ou vida útil;

4.4.2. Seguir programação do órgão requisitante, quanto à data, horário, local e quantidade a serem entregues;

4.4.3. As Carnes e derivados deverão ser entregues em veículos adequados para transporte de alimento, em veículos próprios para o transporte de gêneros congelados e/ou resfriados;

- 4.4.4. Os produtos entregues estarão sujeitos a devolução caso não preservem suas características sensoriais (odor, cor, textura, aspecto geral), além de condições insatisfatórias da embalagem (não estar furada, rasgada);
- 4.4.5. Comprometer-se a dar total garantia quanto à qualidade dos alimentos fornecidos, bem como efetuar a substituição imediata, e totalmente às suas expensas, de qualquer alimento entregue comprovadamente em desacordo com este Termo de Referência, ou seja, fora das especificações e padrões de qualidade exigidos.

5. DA CLASSIFICAÇÃO DOS BENS COMUNS

- 5.1. Os gêneros alimentícios a serem adquiridos enquadram-se na classificação de bens comuns, nos termos da Lei vigente.

6. RECEBIMENTO E CRITÉRIO DE ACEITAÇÃO DO OBJETO

6.1. Os gêneros alimentícios serão recebidos:

- 6.1.1. Provisoriamente, a partir da entrega, para efeitos de verificação da conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência;
- 6.1.2. Definitivamente, após verificação da conformidade com as especificações constantes do edital e das propostas. Sua consequente aceitação, se dará em até 02 dias úteis a contar do recebimento provisório;

- 6.2. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento provisório.



7. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

8.1. As despesas decorrentes da presente aquisição correrão por conta do elemento de despesa e fonte de recurso abaixo descritos:

8.1.1. Elemento de despesa – 33.90.30.15;

8.1.2. Fonte de recurso 07 – SUS;

8.2. Quanto aos Programas de Trabalho, serão utilizados de acordo com as especificações a seguir:

8.2.1. Hospital Maternidade de Nova Friburgo: 30001.1030200852.203;

8.2.2. Caps: 30001.1030200832.198;

8.3. As notas fiscais deverão ser emitidas em nome do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, CNPJ 11.399.442/0001-79, AVENIDA ALBERTO BRAUNE, 224, SALA 221, CENTRO, NOVA FRIBURGO/RJ, CEP 28613-000;

9. DA LIQUIDAÇÃO

9.1. A liquidação será realizada pela Secretaria Municipal de Finanças, Planejamento, Desenvolvimento Econômico e Gestão, a partir do cumprimento das obrigações elencadas neste Termo de Referência, em obediência ao Decreto 258 de 27 de setembro de 2018 c/c com o Decreto nº 313 de 10 de outubro de 2019.

10. DO PAGAMENTO

10.1. O pagamento da despesa será efetuado conforme estabelece o Decreto nº 258 de 27 de setembro de 2018 c/c com o Decreto nº 313 de 10 de outubro de 2019., desde que as certidões listadas abaixo estejam válidas e regulares:



- Negativa de Débitos Trabalhistas;
- Fazenda Federal – abrange as contribuições sociais;
- FGTS;
- PGE – referente à Dívida Ativa Estadual;
- Municipal – referente ao ISS e Dívida Ativa;
- Estadual CND – referente ao ICMS.

9.2. A Nota Fiscal dos produtos deverá conter a identificação do Banco, número da Agência e da Conta Corrente, para que possibilite a CONTRATANTE efetuar o pagamento do valor devido;

9.3. Na ocorrência de rejeição da(s) Nota(s) Fiscal (is), motivada por erro ou incorreções, o prazo para pagamento estipulado acima passará a ser contado a partir da data de sua reapresentação.

11. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

- 11.1. Não poderão participar da licitação as empresas que estiverem sob falência, recuperação judicial, concurso de credores, dissolução, liquidação ou que estejam suspensas de licitar e/ou declarada inidônea por qualquer órgão da Administração Pública, direta ou indireta, Federal, Estadual ou Municipal, bem como as que estejam punidas com suspensão do direito de contratar ou licitar com a Administração Pública;
- 11.2. As empresas em recuperação judicial poderão participar do referido procedimento desde que comprovada, ainda na fase de habilitação, sua viabilidade econômica, o que se dará através da apresentação da aprovação e homologação do plano de recuperação judicial, conforme preleciona o art. 58 da Lei nº 11.101/2005.



- 11.3. Não poderão participar, ainda, os servidores de qualquer órgão ou entidade vinculados ao Município de Nova Friburgo, bem como as empresas das quais tais servidores sejam sócios, dirigentes ou responsáveis técnicos.
- 11.4. A participação do representante legal da empresa far-se-á por meio de instrumento público de procuração ou instrumento particular, com poderes para formular ofertas e lances de preços e praticar todos os atos pertinentes ao certame, em nome do proponente. Em sendo sócio, proprietário, dirigente ou assemelhado da empresa proponente deverá apresentar cópia do respectivo Estatuto ou Contrato Social, no qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura.

12. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

12.1. Caberá à Contratante:

- 12.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;
- 12.1.2. Receber provisoriamente o material, disponibilizando local, data e horário;
- 12.1.3. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos gêneros alimentícios recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Termo de Referência e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivos;
- 12.1.4. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de servidor especialmente designado;
- 12.1.5. Efetuar o pagamento no prazo previsto;
- 12.1.6. Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura fornecida pela contratada.



- 12.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

13. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 13.1. Ter capacidade de atendimento da demanda com eficiência, presteza e zelo;
- 13.2. Efetuar a entrega dos gêneros alimentícios em perfeitas condições, no prazo e local indicados pela Contratante, em estrita observância das especificações do Termo de Referência e da proposta, acompanhado da respectiva Nota Fiscal Eletrônica SIMPLIFICADA constando detalhadamente as indicações da marca, fabricante, modelo, tipo, procedência e prazo de garantia, quando for o caso, acompanhada das certidões de regularidade fiscal citadas nos subitens 10.1.
- 13.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do produto, de acordo com os artigos 12, 13, 18 e 26, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
- 13.4. O dever previsto no subitem anterior implica na obrigação de, a critério da Contratante, substituir, reparar, corrigir, remover, ou reconstruir, às suas expensas, no prazo máximo de 03 (três) dias, o produto em desacordo com o Termo de Referência;
- 13.5. Atender prontamente a quaisquer exigências da Contratante, inerentes ao objeto da presente contratação;



- 13.6. Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada, exceto nas condições autorizadas no Termo de Referência ou na Ata de Registro de Preços;
- 13.7. Responsabilizar-se, pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na execução do objeto;
- 13.8. Comunicar à Contratante no prazo mínimo de 72h (setenta e duas) horas de antecedência, os motivos que eventualmente impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- 13.9. Manter-se, durante toda a execução do objeto, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 13.10. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993;

14. DA SUBCONTRATAÇÃO

- 14.1. Não será admitida a subcontratação do objeto.

15. DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA



- 15.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da Contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados por esta nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos, sejam mantidas as demais cláusulas e condições pactuadas, não haja prejuízo à execução do objeto e haja a anuência expressa da Administração quanto à continuidade da presente contratação.

16. DO CONTROLE DA EXECUÇÃO

- 16.1. O acompanhamento e a fiscalização da presente contratação serão exercidos por um representante da Contratante, ao qual competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução do contrato, e de tudo dará ciência à Administração, na forma dos artigos 67 e 73 da Lei nº 8.666/93;
- 16.2. Para o acompanhamento e fiscalização da execução do presente, ficam designados os agentes públicos abaixo relacionados:

HOSPITAL MATERNIDADE

Superior Imediato: Adriane de Jesus Schenquel – Matrícula: 299.287

Fiscal Titular: Tânia Maria Costa Moreira – Matrícula: 299.369

Fiscal Substituta: Silvia Verly Silva – Matrícula: 206.933

CAPS III

Superior Imediato: Sândia Mello Tozatto – Matrícula: 299.441;

Fiscal Titular: Luciana Rodrigues de O. Ângelo – Matrícula: 062.194;

Fiscal Substituta: Mayara Mikie Onó N. Marconi – Matrícula: 207.645;

CAPS i

Superior Imediato: Katya Alexandra Guimarães S. Lisboa – Matrícula 207.758;

Fiscal Titular: Carolina Gianfaldoni Viana – Matrícula: 2115.186;

Fiscal Substituta: Milton Serafin Motta – Matrícula 115.236;

CAPS AD

Superior Imediato: Claudia Pietrobon de A. Mafra – Matrícula: 299.138

Fiscal Titular: Erick Daudt – Matrícula: 2115.142

Fiscal Substituto: Bárbara Salotto Marchetti – Matrícula: 115.218;

GESTORES

Gilmara Guimarães de Souza, Matrícula 062.870

Ceres Lourenço Teixeira, Matrícula 062.195

- 16.3. O fiscal da contratação anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do objeto, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados e encaminhado os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.
- 16.4. O fiscal designado pela Contratante deverá ter a experiência necessária para o acompanhamento e controle do objeto.
- 16.5. A verificação da adequação do objeto deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Termo de Referência.
- 16.6. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica em co-responsabilidade da Contratante ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art.70 da Lei nº. 8.666, de 1993.

16. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

16.1 O descumprimento, por parte da CONTRATADA, das obrigações assumidas no Presente Termo de Referência, ou o descumprimento dos preceitos legais pertinentes, ensejará a aplicação das sanções previstas na lei 8.666/93.

16.2 Comete infração administrativa:

- Não assinar o termo de contrato ou aceitar/retirar o instrumento equivalente, quando convocado dentro do prazo de validade da proposta;
- Apresentar documentação falsa;
- Deixar de entregar os documentos exigidos no certame;
- Ensejar o retardamento da execução do objeto;
- Não manter a proposta;
- Cometer fraude fiscal;
- Comportar-se de modo inidôneo;

16.3. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como Me/EPP, ou conluio, entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances.

16.4. Com fulcro nos artigos 86 e 87 da Lei 8666/93, a Administração Pública poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes penalidades, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal, as seguintes sanções:

- a) Advertência;
- b) Multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do licitante;
- c) Impedimento de licitar e de contratar com o Município e descredenciamento pelo prazo de até 05 (cinco) anos;

17. DA RESCISÃO

17.1. O inadimplemento de cláusula estabelecida neste Termo de Referência, bem como na legislação vigente por parte do fornecedor, assegurará a Secretaria Municipal de Saúde de Nova Friburgo o direito de rescindi-la, mediante notificação, com prova de recebimento.

17.2. Além de outras hipóteses expressamente previstas no artigo 78 da Lei n.º 8.666/1993, constituem motivos para a rescisão o atraso injustificado na entrega do objeto e/ou sua paralisação sem justa causa e prévia comunicação a Secretaria Municipal de Saúde.

17.3. Ao Município de Nova Friburgo é reconhecido o direito de rescisão administrativa, nos termos do artigo 79, inciso I, da Lei n.º 8.666/93, aplicando-se, no que couber, as disposições dos parágrafos primeiro e o segundo do mesmo artigo, bem como as do artigo 80.

18. DA RESPONSABILIDADE TÉCNICA PELA ELABORAÇÃO DO PRESENTE TERMO

18.1. As especificações do objeto bem como seus respectivos quantitativos foram indicados pelos responsáveis das Unidades Requisitantes os quais se responsabilizam por todas as informações e justificativas apresentadas no presente instrumento, cabendo a esta subscritora tão somente a reprodução dos aspectos formais do Projeto Básico consoante a legislação vigente.

Nova Friburgo/RJ, 05 de abril de 2022.

Termo de referência elaborado por:

Gilmara Guimarães de Souza
Gestão de Processos e Contratos - SMS
Matrícula: 062.870

Ratifico o teor do presente Termo de Referência:

Nicole Ribeiro Lessa Cipriano
Secretária Municipal de Saúde
Matrícula: 106.137